UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

"*Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora*"

04 a 06 de novembro de 2021

EDUCAÇÃO ESPECIAL E PRÁTICAS INCLUSIVAS: UM DIÁLOGO VOLTADO PARA O ENTENDIMENTO DA SURDEZ

Sofia Azevedo de Almeida Cesar
José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanutti
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

O objetivo deste relato de experiência é apresentar os avanços e retrocessos da educação inclusiva em relação à surdez, a partir da perspectiva de um sujeito que convive com pessoas com surdez. A experiência se deu no âmbito da disciplina Educação Especial e Práticas Inclusivas, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Três Lagoas. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa com foco nas experiências de sujeito específico e, por esta razão, foi caracterizado como um estudo de caso. Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista. A partir das reflexões apresentadas, foi possível perceber que o participante aprendeu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e conheceu as barreiras atitudinais e comunicativas que a sociedade impõe à população surda ao longo de sua convivência com essa parcela da sociedade. Além disso, um ponto de destaque é a luta da comunidade surda em ser reconhecida por sua diferença linguística e não como um público com deficiência que deve ser atendido pela Educação Especial. Segundo o entrevistado, o reconhecimento da Libras como uma língua oficial foi alcançado, mas ainda é preciso lutar pela disseminação desta língua, para que ela não fique restrita às pessoas surdas. Estas duas faces da luta mostram que a perspectiva inclusiva promoveu inúmeros avanços não apenas para os surdos, com a legitimação da Libras, mas para todas as pessoas com deficiência. Contudo, muitas práticas educativas ainda objetivam a normalização do outro, de forma a não levar em consideração as potencialidades e as diferenças de cada sujeito.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão escolar, Surdez.

1 O ponto de partida

A principal fonte de motivação para este trabalho veio dos estudos desenvolvidos durante a disciplina "Educação Especial e Práticas Inclusivas", ministrada pelo professor Doutor José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti, também orientador deste trabalho, no 5º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (CPTL).

Uma das propostas de atividade avaliativa da disciplina foi fazer um produto envolvendo alguma temática relacionada à Educação Especial que houvesse sido

trabalhada durante as aulas. Como pudemos escolher o que iríamos produzir, a partir de nosso próprio interesse, tive a ideia de entrar em contato com um amigo e antigo colega (a quem vou me referir como Paulo, nome fictício escolhido para preservar a identidade do sujeito em questão) do curso de Química da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde cursei minha primeira graduação. O meu objetivo foi produzir um relatório reflexivo a partir dos sentidos que atribuo à perspectiva inclusiva da educação e, também, das questões pertinentes ao tema central com base nas experiências de Paulo.

Na época em que estudamos juntos no Ensino Superior, por volta de 2015, Paulo demonstrava interesse pela Língua Brasileira de Sinais (Libras), principalmente, relacionada ao ensino de Química. Em diversas ocasiões de apresentação de seminários e trabalhos acadêmicos em que estive presente por cursar as mesmas disciplinas que ele, Paulo comentou sobre a ausência ou a limitação de vocabulários específicos de Libras que se relacionassem aos conteúdos de Química. Seus relatos resultaram de sua participação em alguns projetos de ensino dos quais participava, auxiliando no processo de criação de metodologias/estratégias que rompessem com essa barreira linguística, tornando possível o ensino de conceitos específicos desta área da Ciência para os estudantes surdos das escolas públicas do município de Viçosa.

Sua motivação, porém, não acabou na graduação. Seu encantamento e envolvimento com a Libras e com o ensino voltado para as pessoas com surdez o levou a mudar de área profissional. Ele, então, especializou-se em Libras e, atualmente, trabalha como intérprete de Libras em uma universidade mineira.

Esta história, desde os tempos da UFV, despertou em mim um sentimento de orgulho, por ver que Paulo se interessou por um problema que não fazia parte de sua vida diretamente, mas por empatia a tantas pessoas que, muitas vezes, são esquecidas e têm suas necessidades negligenciadas, ele foi adiante. Conseguiu sair de sua "zona de conforto" e buscou fazer algo por elas.

Por tudo isso, acreditei, na época do trabalho da disciplina "Educação Especial e Prática Especiais", que dialogar sobre questões específicas da surdez e da Libras com

alguém com este histórico pudesse proporcionar reflexões importantes para a minha formação. Hoje, percebo que estava certa, tanto que decidi retomar este estudo, porque percebo que essa é uma temática fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente humanizadora e democrática, e que, portanto, as vivências de Paulo podem ser estudadas mais a fundo.

Há uma questão que me inquieta e me motiva a dar continuidade às reflexões sobre as questões relacionadas à Educação Especial e às práticas educativas inclusivas, especificamente referentes à surdez e à Libras, a partir das experiências relatadas e das considerações feitas por Paulo. A questão à qual me refiro é: quais as percepções sobre a inclusão no Brasil, cujo cenário político e pedagógico é marcado por avanços e retrocessos, que um sujeito que convive com a surdez possui?

Diante desse questionamento, meu propósito com este trabalho é compreender os avanços e retrocessos da educação inclusiva em relação à surdez, a partir da perspectiva de um sujeito que convive com pessoas com surdez.

2 O caminho metodológico escolhido

O estudo desenvolvido seguiu a abordagem qualitativa, uma vez que o objetivo se relaciona à "[...] compreensão da realidade e dos sujeitos" (MENDONÇA, 2017, p. 90), envolvendo a obtenção de dados coletados diretamente pelo pesquisador na realidade estudada, enfatizando mais o processo e a perspectiva dos participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Por ter como foco a perspectiva de um sujeito específico, tem-se a definição do trabalho como um estudo de caso, que investiga e analisa os significados dados pelo participante com relação ao contexto por ele vivenciado.

> A preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 21)

A proposta foi a realização de uma entrevista que, de acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 72), é uma das técnicas mais importantes e mais utilizadas na coleta de dados, em que as duas partes, o entrevistado e o entrevistador, dialogam e trocam informações sobre determinado tema científico. Por meio dela, é possível obter dados mais subjetivos que "se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados." (BONI e QUARESMA, 2005, p. 72).

A técnica utilizada foi a chamada entrevista aberta, uma vez que "[...] ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos" (BONI e QUARESMA, 2005, p. 74). Desta forma, busquei introduzir o tema de discussão com o entrevistado, que pôde discorrer sobre o assunto mais livremente, contando suas experiências. E, a partir disso, as perguntas foram feitas em uma conversa mais informal. A entrevista foi realizada via aplicativo de celular, *Whatsapp*, já que estamos vivenciando a pandemia do Covid-19, em que é preciso manter o distanciamento social para a segurança da saúde de todos os envolvidos.

A fim de contemplar o tema da forma mais completa possível, o presente relato reflexivo foi estruturado em cinco eixos: 1) O primeiro contato de Paulo com a Libras 2) Aspectos filosóficos da deficiência; 3) Contexto histórico da Educação Especial no Brasil; 4) Políticas de inclusão e 5) Práticas inclusivas.

3 Itinerário da investigação: dúvidas, inquietações e achados

3.1 O primeiro contato de Paulo com a Libras

Em um primeiro momento, pedi a Paulo que me contasse como havia sido seu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), sua participação em projetos que envolveram a educação de surdos e como estas vivências refletiram em sua vida profissional.

Segundo Paulo, seu primeiro contato com a Libras foi em 2012, ao ter que cursar a disciplina obrigatória para a graduação em Química – Licenciatura. Sinto a necessidade de transcrever sua resposta na íntegra, conforme segue:

> Até então nunca tinha ouvido falar a respeito e tampouco conhecido ou visto uma pessoa surda na vida. Inicialmente, fiquei reflexivo quanto às dificuldades e precariedade na educação de surdos, visto que os professores e gestores, em grande parcela, não possuem qualquer (in)formação quanto ao uso, preparação e direcionamento de metodologias visuais de ensino e avaliação, bem como entendimento e relação de parceria com os intérpretes em sala de aula. Ao mesmo tempo, em aulas práticas, achava a língua um tanto quanto complexa, por envolver aspectos manuais, gestuais e espaciais, algo muito distinto do Português e de outras línguas vocais. (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora)

No mesmo semestre em que cursou a disciplina de Libras, Paulo se envolveu em um projeto de ensino voltado para estudantes surdos das escolas públicas da cidade. Tal projeto proporcionou a ele conviver com os surdos e, consequentemente, com a Libras, tornando-se, assim, proficiente. Para ele, o aprendizado dessa língua se deu no contato com os surdos e não em cursos formais, como a disciplina que cursou na universidade.

O projeto inicial serviu de base para outro projeto de ensino do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no qual passou a trabalhar diretamente com estudantes surdos, também com foco no ensino de Ciências da Natureza/Química. Depois, Paulo participou de outro projeto ligado ao Departamento de Letras e Matemática da Universidade. No total, foram 4 (quatro) anos atuando como professor de Ciências da Natureza/Química para surdos. Em 2013, ele conheceu o primeiro professor surdo da instituição de Ensino Superior aprovado em concurso público e eles se tornaram amigos.

> Com o passar do tempo, nos tornamos grandes amigos, o que me levou, em agosto de 2014, a atuar como intérprete dele em cursos livres do Pronatec e na própria Universidade, como contratado, uma vez que a intérprete que o acompanhava afastou-se em licença maternidade. Naquele período senti-me bastante satisfeito e realizado em atuações no âmbito da interpretação. A partir daí, comecei a me envolver cada vez mais intensamente com leituras, estudos e escritas da área da linguística, da tradução e da interpretação. Por isso direcionei toda a

> minha trajetória profissional para essa área. (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora)

Atualmente (2021), Paulo está cursando o último semestre da graduação em Bacharelado em Letras-Libras, faz mestrado em Estudos da Tradução, ambos por instituição de ensino pública brasileira, e trabalha como tradutor e intérprete de Libras-Português em uma Universidade Federal mineira.

A partir do relato inicial do entrevistado, consegui elaborar mais questões, a fim de relacionar as considerações dele com os conceitos que estava estudando, na época, na disciplina "Educação Especial e Práticas Inclusivas". As diferentes concepções de deficiência me afetaram muito, por isso, senti a necessidade de conversar a respeito com Paulo.

3.2 Aspectos filosóficos da deficiência

Com relação aos Aspectos Filosóficos da Deficiência, Paulo trouxe para a conversa as duas concepções de deficiência: a médica e a social. Tal discussão também foi realizada durante dos estudos da disciplina "Educação Especial e Práticas Inclusivas". Conforme discutimos em aula,

> O Modelo Médico concebe a deficiência como um atributo do sujeito, referindo-se a uma identidade estática, imutável. O Modelo Social entende a deficiência como um impedimento (físico, atitudinal ou comunicacional) que impede o pleno desenvolvimento de uma pessoa, a partir de suas capacidades. (LANUTI, 2019, p. 118)

A visão médica, que Paulo denominou por "clínica-terapêutica", segundo ele, interpreta a surdez da mesma forma que as demais deficiências – como um fator exclusivamente biológico, não está no meio, mas no próprio sujeito. A concepção trazida pelo entrevistado é também compartilhada por Mantoan, professora e pesquisadora da educação inclusiva no Brasil.

> O Modelo Médico define níveis, graus de deficiência e estabelece as habilidades que as pessoas com deficiência podem adquirir na escola, na vida social, como um todo, desconhecendo o gozo do direito de escolha de decisão da pessoa com deficiência, o que constitui ato discriminatório de diferenciação pela deficiência. (MANTOAN, 2017, p. 39-40)

O modelo social, ou socioantropológico, por sua vez, não considera o sujeito como "o deficiente", mas o meio que apresenta barreiras e que impede o pleno desenvolvimento da pessoa. Para Mantoan (2017, p. 40), esse modelo:

> [...] trata-se de uma abordagem que não se baseia nos códigos de identificação de doenças, nas limitações físicas, intelectuais, sensoriais e nas enfermidades psíquicas que acometem uma minoria e que provocam desigualdades de todo nível, ignorando o fator social, o papel do meio em todas as expressões (físicas, comunicacionais, atitudinais e outras).

No caso dos surdos, a diferença levantada por Paulo é que, por mais que eles tenham uma língua própria, ela acaba ficando restrita a uma parcela da sociedade. Desta forma, a língua se torna uma barreira para eles, já que a Libras não é universal em nosso país.

> Pessoas com deficiência enfrentam inúmeras barreiras para fazer escolhas e viver com o mínimo de impedimentos possíveis. Essas barreiras geram injustiça social, vulnerabilidade, rebaixamento de expectativas em relação à vida familiar, escolar, laboral, esportiva, do lazer, e colocam tais pessoas em desvantagem em relação às outras. (MANTOAN, 2017, p. 40)

Sobre a forma como cada um desses modelos interpreta a surdez, Paulo completou que, a visão clínica-terapêutica concebe o surdo enquanto um sujeito que necessita ser reabilitado, pois coloca em pauta o déficit fisiológico da deficiência. Já a corrente socioantropológica reconhece o surdo como um sujeito completo, porque possui sua língua, sua identidade, sua cultura. Para Paulo, a relação da Educação Especial está mais ligada ao modelo da deficiência. Apesar de se ter a ideia de que a Educação Especial, hoje uma modalidade complementar/suplementar à escolarização, deve seguir uma perspectiva inclusiva, ela ainda é concebida como um sistema paralelo e substitutivo à educação comum, buscando a normalização do outro, de forma a não levar em consideração as possibilidades, as potencialidades, as diferenças de cada sujeito. Suas considerações, novamente, iam ao encontro do que discutíamos nas aulas de Educação Especial e Práticas Inclusivas.

A Educação Especial conseguiu avançar e superar o modelo platônico que percebe a diferença por um desvio da norma, como um distanciamento entre o modelo e sua pretendente cópia. Para Platão, havia o simulacro é a cópia malfeita do modelo e, portanto, pode ser identificado como "o diferente", aquele que não conseguiu ser semelhante ao que é considerado "normal". Contudo, apesar do avanço, a Educação Especial ainda hoje está mais associada com a concepção de Aristóteles, que via a diferença como "um atributo fixo e externo ao ser: à diferença específica 'entre' as coisas, empírica, mensurável e visível, como a cor, a raça, o gênero, a espécie, a multiculturalidade. Pensou-a como diversidade." (LANUTI, 2019, p. 14).

Pela perspectiva inclusiva, a Educação Especial deveria se basear no conceito de "diferença em si", como proposto por Gilles Deleuze, cuja interpretação é de que a diferença é a expressão do próprio ser.

> Deleuze desfaz, portanto, com o conceito de simulacro a representação clássica compreendida como reprodução fiel da realidade ou de formas ideais, e afirma drasticamente que não existem senão simulacros. Sem um modelo a ser copiado, revelam-se o contrassenso das identidades e os alunos com deficiência e todos os demais que a escola e a sociedade deixam de ter razões para serem excluídos das escolas comuns. Afirma-se, então, a inclusão, deslegitimando os métodos e as práticas sociais e abrindo outras possibilidades de existir para todos, indistintamente, na escola e na vida social como um todo. (MANTOAN, 2017, p. 39)

Partindo das discussões filosófica sobre a deficiência, realizada no âmbito da disciplina e, também, por Paulo, senti-me provocada a pensar sobre o contexto histórico da Educação Especial no Brasil.

3.3 Contexto histórico da Educação Especial no Brasil

Julgo importante tratar, ainda que brevemente, dos três períodos pelos quais a Educação Especial passou no Brasil: segregação, integração e inclusão. O primeiro período, denominado segregação, esteve em vigor até 1960. Baseou-se na ideia de segmentação das deficiências, ou seja, era preciso separar os deficientes de acordo com suas deficiências. O segundo é o da integração (de 1960 a 1993), em que todos estariam na escola, mas aqueles considerados "diferentes" teriam de ser tratados de forma diferente

dos demais – uma "inclusão parcial", condicionada à prova de certas habilidades por parte do aluno. O período da inclusão, busca a inclusão total e irrestrita de todos nas escolas. Sobre essas fases, Mantoan (2001, s.p.), afirma que:

> [...] há três direções possíveis aos encaminhamentos dos alunos às escolas: a) a que implica um sentido de oposição entre educação especial e regular, em que os alunos com deficiência só teriam uma opção para seus estudos, ou seja, o ensino especial; b) a que implica uma inserção parcial, ou seja, a integração de alunos nas salas de aula do ensino regular, quando estão preparados e aptos a estudar com seus colegas do ensino geral e sempre com um acompanhamento direto ou indireto do ensino especial e c) a que indica a inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, sem distinções e/ou condições, implicando uma transformação das escolas para atender às necessidades de todos os alunos e não apenas de alguns deles, os alunos com deficiência, altas habilidades e outros mais, como refere a educação especial.

Apesar de, teoricamente, estarmos na fase da "inclusão escolar", as discussões realizadas na referida disciplina da UFMS e a narrativa de Paulo me fizeram entender que ainda reproduzimos concepções e práticas segregacionistas e integracionistas. As políticas públicas voltadas à inclusão devem se atentar a esse problema, para assegurar que avancemos em relação à problemática aqui tratada.

3.4 Políticas de inclusão

Com relação aos dispositivos legais brasileiros referentes à Educação Especial, é importante pontuar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, BRASIL, 2008) faz parte do movimento sociopolítico que defende a participação de todos os alunos, sem nenhum tipo de discriminação, em ações pedagógicas promovidas pelas instituições de ensino do país. Como um marco histórico da educação brasileira, a Política teve como objetivo principal:

> [...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado

> e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

Por conhecer todo este contexto histórico, Paulo pontuou que algumas leis respaldam o direito dos surdos em todos os âmbitos, incluindo o educacional. Citou, por exemplo, a Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Libras como a primeira língua de expressão e comunicação das pessoas surdas e o Decreto nº 5.626/2005 que regulamentou a lei anterior e fomentou ações no sentido de formar os professores, tradutores e intérpretes de Libras em cursos de Ensino Superior de licenciaturas e fonoaudiologia. Ele completou que o Plano Nacional de Educação (PNE), embora tenha almejado difundir classes e/ou escolas bilíngues para surdos, ainda não alcançou esse objetivo na prática.

Paulo enfatizou que, na questão da Educação Especial e sua relação com a surdez, "um ponto interessante é que desde sempre a luta da comunidade surda era de se desvincular da face da educação especial e ser reconhecida enquanto, somente, diferença linguística." (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora). Questionei, também, se ele considerava que a população surda havia alcançado este objetivo. Para o entrevistado, o reconhecimento da língua é uma conquista e que a intenção, de agora em diante, é avançar no que tange a política e planejamento linguístico e, consequentemente, tradutório, porque Libras já é uma língua legitimada, mas que precisa circular, ou seja, precisa passar a fazer parte do cotidiano não apenas das pessoas surdas mas da sociedade brasileira como um todo. Segundo ele, é possível perceber que, aos poucos, isso vem sendo legitimado na prática, porém, ainda é pouco institucionalizado. "Para alcançar a presença de um intérprete, por exemplo, tudo precisa começar para, então, os surdos reclamarem e, assim, inserirem a janela de Libras, por exemplo. Às vezes, somente a visibilidade não garante reais ações." (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora).

A partir da Política de 2008, portanto, a Educação Especial, sob a perspectiva inclusiva, passa a constituir a proposta pedagógica das instituições de ensino em todos os níveis da escolarização. Tendo como público-alvo os estudantes com deficiência, isto é,

aqueles "que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade." (BRASIL, 2008, p. 15). Além de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e altas habilidades/superdotação.

> Em vigor desde 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), reafirma os propósitos inclusivos das prescrições socioeducacionais da *Constituição de 1988* e as leis e decretos que redirecionam o entendimento da sociedade em geral e das instituições mais especializadas a se preocupar com os fatores do meio físico e social em favor de uma experiência de vida compartilhada dos cidadãos brasileiros. (MANTOAN, 2017, p. 43)

Para Paulo, o termo Educação Especial cria um certo estereótipo àqueles que são denominados como "especiais". Já o termo "educação inclusiva", em teoria, compreenderia a todos sem uma (pré)definição por sua condição.

> No caso dos surdos, por exemplo, tal âmbito (da educação especial) se restringe a reconhecer e lidar basicamente com a concepção de deficiência e, muitas vezes, insuficiência, o que não corresponde à realidade, visto que esse grupo, surdos, possui uma singularidade linguística. (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora)

Quando questionado sobre as Práticas Inclusivas, ele contou que nunca havia presenciado, de fato, uma experiência escolar em que a ideia de inclusão foi colocada em prática verdadeiramente. Ele havia presenciado apenas situações de integração. A seguir, apresento algumas considerações a respeito da prática pedagógica.

3.5 Práticas inclusivas

A questão da adaptação de atividades para alunos considerados com deficiência foi um assunto muito abordado na disciplina – assunto polêmico que interfere diretamente no ensino. Como refletiu Lanuti (2017, p. 64), "Quando se pensa em currículo para alguns alunos tido como 'alunos ideais' (por atenderem às expectativas da escola) e o adapta para os 'demais', não se considera a diferença que caracteriza as pessoas". Perguntei a Paulo qual era sua opinião sobre o assunto.

Uma possível solução para a prática de adaptação dos currículos e das atividades seria a diversificação das propostas pedagógicas, favorecendo a livre escolha e a participação ativa dos estudantes, sujeitos que não devem ser pensados segundo um padrão estabelecido. Conforme Paulo, para que o ensino seja diversificado, sem a adaptação de um conteúdo – que entendemos ser uma prática discriminatória, deve haver uma parceria entre professor da sala comum e o intérprete de Libras. Para ele:

> Se houver uma harmonia e ambos entenderem a dinâmica, em que a faceta da interpretação, por conta do intérprete, e o domínio do conhecimento científico, por parte do professor, o estudante surdo pode ser beneficiado ao acessar uma aprendizagem de qualidade. (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora)

Um ponto de avanço fundamental trazido pela PNEEPEI (BRASIL, 2008) foi o estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço que "identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas." (BRASIL, 2008, p. 16). Para o entrevistado, é preciso que o professor de AEE esteja sempre em contato com o professor da sala de aula comum, para que as operações desenvolvidas na sala de recursos não sejam destoantes e descontextualizadas ao que é trabalhado em aula regular.

> No caso dos surdos, esse espaço, AEE, é o local para que aprendam e desenvolvam a Libras e o Português escrito como segunda língua. Por isso é importante que, pelo menos para os surdos, o professor do AEE também seja surdo, de modo que, além de ensinar a Libras, seja, também, um modelo e referência linguística e cultural. (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora)

Questionado sobre a possível confusão entre os papeis do professor de sala de aula comum e de AEE, Paulo pontuou que é preciso haver clareza com relação às atribuições de cada um destes profissionais e acrescenta uma explicação acerca da importância do professor de apoio, bem como, do intérprete e tradutor de Libras-Português.

> O professor regente é aquele que lida diariamente com a turma e os estudantes como um todo e quem ministra os conteúdos em sua área do conhecimento definida. O professor de AEE é responsável por atender aos estudantes, geralmente em contraturno, dependendo da demanda e do andamento das aulas, que possuam alguma dificuldade e/ou

> limitação para acompanhar o andamento das ações e atividades da turma comum. O professor de apoio seria uma pessoa que acompanharia, dentro da sala de aula comum, estudantes com alguma especificidade, que não seja a surdez. O intérprete e tradutor de Libras-Português é um agente essencial ao processo de escolarização dos surdos, uma vez que esses estão inseridos em moldes de 'inclusão' e os demais membros não compartilham a mesma língua que eles. A responsabilidade por prover esse profissional é a escola, por meio de secretarias municipais ou estaduais de educação. É um direito dos estudantes surdos. Em sala de aula, ele ficaria incumbido de efetuar uma mediação linguística-cultural entre os estudantes surdos, ouvintes, professores e o próprio conhecimento. Assim, é importante que haja uma relação de parceria entre professores e intérpretes para que o trabalho se desenvolva da melhor forma e favoreça os estudantes surdos. (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora)

Perguntei, pois, se ele já havia tido contato com algum professor de AEE e como havia sido este contato. Ele relatou que já havia tido a oportunidade de trabalhar com o professor de AEE, mas que, muitas vezes, pôde perceber que o trabalho em conjunto entre as partes não surtiu o efeito desejado no processo de ensino dos surdos.

> Isso porque o professor de AEE deveria ensinar Libras e Português como segunda língua para o estudante, por exemplo. Contudo, qual pessoa reuniria qualificação para trabalhar com surdos e demais especificidades? É praticamente inexistente. Assim, tenho visto em algumas prefeituras e no próprio Estado a contratação de professores (surdos ou ouvintes) de AEE para atuar direta e somente com os estudantes surdos. (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora)

Em diversos momentos, Paulo utilizou a expressão "comunidade surda" para tratar de aspectos específicos desta deficiência, por isso, perguntei a ele sobre sua opinião com relação ao termo: se ele considera que a terminologia pode ser interpretada como uma forma de categorizar os sujeitos e, portanto, excluir, ou se ela tem mais a ver com a forma destes sujeitos se identificarem.

Ele explicou que o termo "comunidade surda" refere-se às pessoas que reconhecem e lutam pelos direitos dos surdos, podendo também ser composta por pessoas não-surdas como: intérpretes, amigos, familiares, professores. "Uma nomenclatura exclusiva aos surdos é 'população surda'. Não vejo que essa terminologia ou categorização crie uma exclusão ou separação, mas legitima o grupo em um viés que os mesmos se reconhecem." (PAULO, 2020, arquivo da pesquisadora).

4 Considerações Finais

A partir dos estudos sobre a diferença, a diversidade e as diferentes concepções sobre a deficiência, bem como sobre os caminhos históricos e políticos para se alcançar a perspectiva inclusiva para a modalidade da Educação Especial, foi possível perceber a importância de se garantir tanto o direito à educação como o direito à diferença. Diferença, aqui, não entendida como um desvio qualquer que, a partir de uma comparação com o que é estabelecido como "normal", produz o "diferente", tampouco como diversidade – que simplifica as diferenças à mera questão da aceitação do ser "diferente". A diferença é entendida como a expressão única de cada um, ou seja, como "diferença em si", que não pode ser identificada, comparada e reduzida a um atributo.

Retornando, então, à questão norteadora deste trabalho, que diz respeito às percepções de um sujeito que convive com a surdez sobre a inclusão no Brasil, cujo cenário político e pedagógico é marcado por avanços e retrocessos, acredito ser possível concluir que a comunidade surda conquistou espaço e direitos em diversos aspectos, inclusive no educacional. Por se tratar de um estudo que busca refletir sobre os conceitos estudados durante a disciplina "Educação Especial e Práticas Inclusivas" a partir de uma entrevista com uma pessoa com experiência como intérprete e tradutor de Libras-Português e, portanto, que tem contato com as pessoas surdas, considero que o trabalho contribui para as discussões sobre a temática da Educação Especial.

Atualmente, a Libras é reconhecida como primeira língua, legítima, de comunicação e expressão das pessoas surdas e, por isso, ainda que "a passos lentos", vem sendo disseminada não apenas entre os surdos, mas no meio social, principalmente nos espaços de educação. Contudo, o fato de a deficiência ainda ser percebida como "um problema inerente ao sujeito", dificulta o rompimento das barreiras sociais que são postas tanto às pessoas surdas quanto às pessoas com outras características. Enquanto a deficiência não for compreendida como uma condição do meio, mas especificamente em um sujeito, o caminho mais fácil será deixá-lo à margem, isto é, será invisibilizar seus

direitos como pessoa, independente de sua condição física, intelectual, comunicacional ou econômica.

Paulo Freire escreveu, brilhantemente, em seu livro Pedagogia da Autonomia que, "como professor crítico, sou um 'aventureiro' responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente." (FREIRE, 1996, p. 21). No entanto, vejo que muito ainda falta a nós, não apenas como futuros professores ou professoras, mas como cidadãos, no entendimento do verdadeiro sentido do "ser diferente". Porque se pensarmos que "o ser diferente" é uma contraposição ao "ser normal", todos nós seremos "simulacros", seremos uma "cópia malfeita" do "modelo". Nossa diferença, a diferença de cada um de nós, é o que nos faz únicos!

A Educação Especial sob a visão inclusiva, desta forma, precisa ser encarada e praticada como um processo de formação inacabado e livre, capaz de promover o desenvolvimento de todos levando em consideração suas especificidades que não são características apenas daqueles "considerados com deficiência", mas de cada pessoa.. Para isso, é imprescindível que a escola sobreponha a lógica dominante que insiste em definir padrões e, intencionalmente, proponha caminhos pedagógicos para que cada estudante possa ser o que se é, independente do que se espera que ele seja.

5 Referências

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** v. 2, n. 1(3), jan-jul. 2015, p. 68-80.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. Adaptar ou recriar o ensino para ensinar a todos? Por uma Pedagogia da Diferença. In: VI Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações e IV Simpósio Internacional de Educação a Distância. **Anais...** Presidente Prudente/SP: Unesp, 2017, p. 63-70.

LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **O ensino de Matemática – sentidos de uma experiência.** 127 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmasio. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar.** FE/UNICAMP: 2001. (mimeo).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inc. Soc.**, Brasília, v.10, n. 2, p. 37-46, jan./jun. 2017.

MENDONÇA, Priscilla Bibiano de Oliveira. A Metodologia Científica em Pesquisas Educacionais: Pensar e Fazer Ciência. **Interfaces Científicas** - Educação. Aracaju. v. 5, n. 3, p. 87-96, jun. 2017.